

Editorial

A sociologia como profissão. Formação, organização e práticas de sociólogas e sociólogos em um cenário de mudanças

Juan Pedro Blois¹
Amurabi Oliveira²

Os últimos anos não foram fáceis para o desenvolvimento da sociologia na América Latina —e em outras latitudes. O esgotamento de boa parte das administrações vinculadas ao chamado ciclo de governos progressistas e a correspondente ascensão de uma série de governos de orientação pró-mercado, no campo econômico, e conservadores, em matéria cultural e social, traduziu-se na instauração de um clima cada vez mais hostil para boa parte dos praticantes da disciplina em particular, porém, não exclusivamente, daqueles que desempenham funções em organismos e instituições acadêmicas públicas.

Em alguns casos, como na Argentina a partir da chegada ao poder de Mauricio Macri, funcionários políticos (aliados a certos comunicadores e jornalistas) apontaram o caráter presumivelmente “inútil” de boa parte do que os sociólogos (e outros especialistas das ciências sociais e humanas) fazem. Enaltecendo uma lógica economicista, questionaram a suposta falta de retorno econômico imediato do que agora aparecia como uma

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Investigador do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET, Argentina). Universidade Nacional de General Sarmiento (UNGS, Argentina). Contacto: pedro.blois@gmail.com

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

despesa difícil de justificar em tempos de ajustes orçamentários (e de necessária austeridade logo de um “esbanjamento populista”). Neste marco, algumas investigações —em geral voltadas à sociologia da cultura—, foram o alvo de verdadeiras campanhas de difamação públicas que, ao mesmo tempo que ridicularizam seus temas, também apontavam a desprestigiar a disciplina e as instituições onde era desenvolvida (Representantes de Investigadores em Formação do IdIHCS-Conicet & Frente Amplo de Graduados FaHCE, 2019). Em outros casos, como vem acontecendo no Brasil, sem deixar de lado a questão orçamentária, o ataque foi mais doutrinário, vinculando boa parte do que os sociólogos fazem com o chamado *marxismo cultural* e a temida *ideologia de gênero*. Embora o avanço contra a sociologia tenha começado durante a gestão do presidente Michel Temer, quando foi decidida sua eliminação como matéria obrigatória no ensino médio³, foi com a administração de Jair Bolsonaro que as agressões se tornaram mais diretas. À pregação incendiária, que nos remete até os “anos de chumbo” da década de setenta, somou-se o grande corte de subsídios e bolsas de estudo que coloca em risco um dos principais sistemas acadêmicos e de pós-graduação da região. A justificativa não se privou do argumento “eficientista”: em um *tweet* de 26 de abril de 2019, o presidente do Brasil divulgava os planos de seu governo para “descentralizar [cortar] investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas) [para] focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”.

Os ataques, é preciso enfatizar, não “pairam no ar” e se montam sobre um difundido anti-intelectualismo social prévio à

Investigador CNPq. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Brasil). Contacto: amurabi_cs@hotmail.com

³ A introdução da Sociologia como parte integrante da formação dos estudantes de escolas de ensino médio tinha sido decidida em 2008 na administração de Luiz Inácio da Silva. É necessário esclarecer, contudo, que a mesma segue sendo ministrada em vários estados do Brasil que não aplicaram a nova lei.

emergência de tais governos. Esse anti-intelectualismo questiona a capacidade explicativa das ciências sociais, minando desse modo o papel que os sociólogos e sociólogas podem ter na sociedade contemporânea e seus prementes problemas e desafios. A pregação de importantes figuras públicas, desde políticos a jornalistas, contra a sociologia com o forte desprestígio que podem provocar em amplos públicos e audiências, e com a minimização de questões complexas, não nos pode deixar indiferentes.

Certamente, semelhante realidade não é exclusiva da região (Piovani, 2019). Longe disto, mesmo em países onde a sociologia possui um firme enraizamento como a França ou o Canadá, visível em uma longa tradição de colaboração com diferentes organismos do Estado e em um consolidado sistema acadêmico (Masson, 2012), os sociólogos tiveram que suportar os ataques de políticos e intelectuais conservadores que associavam sua disciplina com uma equivocada “cultura da desculpa” (Lahire, 2016), disposta a “justificar” os piores crimes e a dissolver a responsabilidade individual no marco da injustiça social e outros fatores estruturais (Singh, 2014).

Tal como se pode apreciar, estamos longe da época dourada de meados do século passado quando a sociologia (junto a outras ciências sociais) aparecia como um insumo indispensável para o bem-estar social e para a consolidação de sociedades democráticas (Picó, 2003). A caracterização do “desenvolvimento” como um complexo processo que de nenhum modo se limitava ao econômico, mas que incluía uma série diversa de variáveis sociais e culturais, deram a esta disciplina uma marcante ascensão nas esferas de governo e também no espaço público mais geral (Blanco, 2006). A situação foi tal que Talcott Parsons (1959) não duvidou em se referir à consolidação de uma verdadeira era sociológica iniciada no pós-guerra, marcada por um crescente investimento no desenvolvimento da sociologia dentro e fora dos muros universitários (Blois, 2014; Buxton & Turner, 2019). Em nossa região, o correlato mais visível dessa “era” foi a multiplicação de cursos de sociologia e uma difundida expectativa sobre os serviços que

os futuros graduados poderiam oferecer para os desafios de seu tempo (Blois, 2018)⁴.

Como seja, o que hoje parece estar em questionamento na América Latina é a utilidade da sociologia, sua razão de ser, um problema que, evidentemente, não é novo (Carli, 2019). No entanto, semelhante situação não deixa de ser curiosa se levam em consideração que desde um par de décadas as atividades profissionais dos sociólogos na região tiveram uma evidente expansão. Junto à tradicional inserção nas universidades e centros acadêmicos, que cresceram e puderam oferecer investigações de qualidade sobre questões de grande relevância social, uma cada vez maior série de práticas destinadas a responder de modo mais imediato às necessidades de clientes e públicos não acadêmicos foi ganhando presença. Tais práticas, desenvolvidas no âmbito do Estado, empresas, escolas, agências de investigação de mercado e opinião, assim como das ONGs e sindicatos, foram ampliando a gama de opções laborais dos sociólogos, que se viram levados a desenvolver um conjunto de conhecimentos e habilidades diferentes daqueles demandados no meio acadêmico. De fato, desde a orientação e confecção de políticas públicas contra a pobreza, até o planejamento de estratégias de comunicação publicitária das grandes empresas, passando pelo ensino básico e médio ou a gestão dos recursos humanos em uma empresa multinacional, as atividades e espaços de intervenção dos sociólogos tem sido

⁴ Em 1951, é fundada no México a Escola Nacional de Ciências Políticas e Sociais no coração da UNAM, onde foi incluída uma licenciatura em Ciências Sociais, logo convertida em licenciatura em Sociologia. No Chile, em 1958, foi criado o primeiro curso na Universidade do Chile, seguida por outro na Universidade Católica no ano seguinte. Em 1953 inicia suas atividades a Escola de Sociologia e Antropologia Cultural na Universidade Central da Venezuela e em 1959 é criado na Colômbia um departamento de Sociologia na Universidade Nacional da Colômbia, logo convertido em faculdade. Além disso, e como parte do mesmo projeto modernizador, em 1957 são criadas a Faculdade de Ciências Sociais da América Latina (FLACSO) e o Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), a primeira voltada à formação de pós-graduações, nível claramente postergado na região, e o segundo responsável pela coordenação e integração das tarefas de investigação desenvolvidas nos distintos países.

heterogêneos. Neste sentido, os sociólogos têm mostrado uma notável versatilidade e uma grande capacidade para entrar em diversos campos, alcançando em mais de uma ocasião posições hierárquicas e de claro impacto social.

Sem dúvida, estas mudanças expressavam transformações sociais mais amplas vinculadas à chamada *sociedade do conhecimento* e a correspondente valoração dos conhecimentos técnicos. Mesmo que o trabalho dos sociólogos além do meio acadêmico não carecia de antecedentes, o novo contexto acarretou uma profunda redefinição dos campos de intervenção da sociologia e do próprio cenário da disciplina, caracterizada agora pela consolidação e multiplicação de um conjunto variado de “ofícios” de sociólogo, com estilos de trabalho, destinatários e desafios particulares. É esse conjunto de audiências e públicos que permitiu à sociologia ganhar em relevância social e densidade profissional, situação que resulta interessante contrastar com a dos anos quarenta do século passado na Argentina (mas também em outras latitudes), retratada por Guido Giorgi e Esteban Vila em sua contribuição a este *dossier*. Naquele contexto, aqueles que se definiam como sociólogos tinham dificuldades marcantes para ganhar a vida como “profissionais” em virtude da inexistência daqueles que se interessassem ou solicitassem sua particular *expertise* (diferentemente do que, por exemplo, ocorria paralelamente nos Estados Unidos ou na França).

Agora, como explicar, então, as constantes recriminações sobre a falta de utilidade da sociologia em um contexto marcado pelo exercício profissional da disciplina nas mais variadas esferas sociais? Além disso, como ter em conta o fato de que muitas vezes não seja simples para os próprios sociólogos divulgar as contribuições da disciplina quando são questionados por pessoas alheias à mesma? As causas desta situação são, sem dúvida, variadas e numerosas, porém um de seus fatores talvez possa ser encontrado nas dificuldades que ao longo de sua história a sociologia tem enfrentado para pensar sua constituição como uma “profissão” capaz de oferecer seus serviços para diversos

públicos ou audiências, tanto como para incentivar um diálogo mais ou menos fluido entre os diferentes perfis profissionais que a habitam. Entre esses perfis, antes que relações sinérgicas, houve uma tendência a predominar, como destacou Burawoy (2005) para o caso norte-americano, uma profunda cisão ou compartimentação entre orientações que, em suas lutas pelo prestígio, acabavam limitando sua colaboração.

De modo geral, é possível identificar, seguindo a Dubet (2012), duas grandes orientações: a sociologia como *crítica* e a sociologia como *técnica*. A primeira, longe de ser pensada como uma disciplina susceptível de reclamar certa jurisdição sobre um determinado problema em particular, como as profissões clássicas (Abbott, 1988), assume como missão desnaturalizar o mundo social, romper as ideologias e denunciar as relações de poder, enquanto questiona a quem vê na sociologia uma “profissão”. A outra propõe incrementar o grau de racionalidade das instituições a partir do assessoramento aos responsáveis pela tomada de decisão. Sua racionalidade, ao contrário do outro conceito, é acima de tudo uma racionalidade instrumental, ajustada à consideração dos melhores meios para os fins que lhe são conferidos. Segundo o modelo clássico oferecido por Weber, este conceito procura entregar “clareza” aos agentes para torná-los conscientes dos obstáculos, dos efeitos perversos ou das travas culturais que debilitam suas capacidades de ação (Dubet, 2012). Certamente, trata-se de uma tipologia ideal e, na prática, esses conceitos podem se sobrepor em um mesmo indivíduo (um sociólogo pode colocar em jogo diferentes conceitos ao longo de sua trajetória ou, inclusive, em um mesmo momento de acordo com o trabalho ou função realizada). Agora, como antecipamos, ambas orientações tiveram a tendência a se apresentarem como opções excludentes, limitando as trocas entre ambas.

Mostra disto, em mais de um caso, os processos de diversificação profissional mais recentes suscitaram marcantes controvérsias. Em distintas latitudes, os sociólogos embarcaram em polémicas mais ou menos intensas sobre o papel que devia ter a disciplina

frente às crescentes demandas sociais e sobre os riscos que a interação —ou a falta dela— com clientes e públicos não acadêmicos acarretavam para a disciplina. Por sua importante repercussão global, convém recordar aqui a polêmica em torno da chamada *sociologia pública*, iniciada por Michael Burawoy em seu célebre discurso como presidente da *American Sociological Association* (Burawoy, 2005; Perlatto & Maia, 2012). Burawoy, inspirado em uma visão que não negava uma clara sensibilidade marxista, chamava os sociólogos norte-americanos a se empenharem na busca por públicos comprometidos na defesa da “sociedade” frente à ascensão do “mercado” e dos aparatos estatais, duas instituições dedicadas, segundo seu diagnóstico, à maximização do lucro e à garantia da ordem sociopolítica. Em sua visão, tratava de recuperar a “vocação primigênia” da disciplina pela intervenção na sociedade em busca do bem-estar comum. Semelhante tomada de posição abriu uma série de debates centrados, geralmente, na defesa do caráter científico da disciplina que, segundo alguns críticos de Burawoy, a ideia da *sociologia pública*, com seu questionamento do ideal da neutralidade valorativa, colocava em risco (Turner, 2005). As polêmicas não foram menores do outro lado do Atlântico. Na França, por exemplo, a diferenciação e expansão das práticas profissionais dos sociólogos —a emergência do que uma analista chamou de a “cara oculta da sociologia” (Piriou, 2006)— culminou em uma série de discussões, mais ou menos explícitas, entre quem defendia uma visão mais “ecumênica” da sociologia, onde as diversas inserções pudessem contribuir para o desenvolvimento global da disciplina (Dubar, 2006), e aqueles que, como Lahire (2006), inspirados em uma visão tradicionalmente bourdesiana (Blois, 2014, 2015), defendiam a autonomia acadêmica como a única forma de produzir uma ciência susceptível de questionar a ordem social.

A América Latina, como se poderia esperar, não ficou de fora do debate sobre a formação e a atuação dos sociólogos na sociedade. À posição de quem, diante da crise do modelo do intelectual público tradicional, promoviam a decidida intervenção dos sociólogos e outros cientistas sociais em diversas instituições da

sociedade civil e do Estado, opuseram-se aqueles que, fazendo eco também de Bourdieu, chamavam a atenção sobre os riscos que traria a instrumentalização da disciplina em função dos órgãos governamentais ou das empresas. Não faltaram, na realidade, as vozes que defendiam uma prática sociológica desenvolvida em estreita conexão com os movimentos sociais e os setores subalternos. Mais recentemente, os processos de “profissionalização” acadêmica e a difusão de mecanismos de acreditação permanente suscitaram as críticas de quem, frente ao que veem como uma crescente entropia, chamam ao fortalecimento de um maior interesse pela “coisa pública” e pelo destino da sociedade que os sociólogos estudam (Svampa, 2008).

O trabalho de Leyva Piña e Rodríguez Lagunas sobre o caso do curso de sociologia da Universidade Autónoma Metropolitana-Itzapalapa, no contexto do atual governo de Manuel López Obrador e sua tentativa de ampliar o número de estudantes universitários no marco de instituições fortemente afetadas pelos dispositivos neoliberais de incentivos aos docentes, neste número, situam em casos concretos e atuais boa parte dos dilemas e tensões que enfrenta a sociologia em sua constituição como uma profissão e disciplina preocupada em operar como uma iniciativa intelectual crítica, ao mesmo tempo que relevante socialmente. Galindo Castro, por sua vez, oferece um olhar mais a longo prazo sobre os debates em torno da sociologia como “profissão” e sua relação com suas principais transformações teóricas e metodológicas na América Latina.

Como poderia ser antecipado, as associações científicas e profissionais dos sociólogos, os corpos que buscaram colegiar e promover seu intercâmbio⁵ com trajetórias mais ou menos acidentadas segundo os países, tem sido uma caixa de ressonância destes debates. Sua incidência concreta no trabalho dos sociólogos de-

⁵ A maioria surgida desde meados do século passado, logo após a fundação da International Sociological Association (Associação Internacional de Sociologia) pela UNESCO, em 1949.

pende da fortaleza e gravitação, muito diferenciada, que essas instituições apresentam em cada cenário sociológico. Aqui também os posicionamentos têm sido plurais. Algumas instituições procuraram incentivar uma maior abertura para o exercício profissional da sociologia além do cenário acadêmico, mas não sem evidentes dificuldades segundo o que mostram os trabalhos de Cecilia Carrera para o caso argentino e de Alonso Domínguez, Blanco e Gil Gómez para o caso da Espanha, ambos trabalhos incluídos neste *dossier*. Outras apresentaram a tendência de reproduzir um olhar mais tradicional, que torna a sociologia uma prática eminentemente acadêmica. De todas maneiras, ainda em aquelas associações com um claro perfil acadêmico, a multiplicação das práticas dos sociólogos não pode ser deixada de lado, tal como ocorreu, por exemplo, no Brasil com o ensino da sociologia no sistema de educação básica (Meucci, 2015; Oliveira, 2013, 2015), e também no Uruguai (Fernández, 2018).

Dando continuidade a estes debates provenientes de múltiplos focos, o presente *dossier* se propôs em receber artigos que, desde perspectivas e abordagens diversas, examinassem as transformações históricas e contemporâneas da sociologia latino-americana (e ibero-americana), com particular foco nos processos formativos, os espaços organizativos e as atividades profissionais dos sociólogos. Acreditamos que a reflexão sobre a disciplina, entendida em um sentido amplo —que não se limita a seu devir como prática acadêmica, tal como é comum nos estudos sobre o desenvolvimento da sociologia—, constitui um aporte central para a reflexividade dos sociólogos sobre suas práticas e um insumo vital na hora de lidar com o complexo contexto vivido em vários países da região. Parece importante salientar, caso ainda fosse necessário, que não compreendemos a inserção na academia e em outras instituições mais “aplicadas” como polos excludentes, senão que acreditamos que a sociologia em seu conjunto teria muito a ganhar se fosse promovida uma maior articulação entre suas diversas áreas de atuação. Naturalmente, é inegável que existem especificidades locais e nacionais que obrigam uma

consideração detalhada de cada caso. Por isso, a possibilidade de incluir neste *dossier* artigos elaborados na Argentina, Brasil, Colômbia, México e Espanha constitui uma promissora base para refletir de forma mais ampla e, ao mesmo tempo, situada sobre os desafios da sociologia como disciplina e profissão na região, mas também em outras latitudes.

Os artigos da seção *dossier*

Além dos cinco artigos já mencionados, o presente *dossier* inclui duas entrevistas. Uma realizada a Celso Castro, diretor do Projeto de Memória das Ciências Sociais no Brasil, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Esta iniciativa, certamente ambiciosa, uma vez que já foram coletados testemunhos de mais de cem profissionais, busca constituir um amplo acervo de entrevistas filmadas e centradas nas histórias de vida e na atuação profissional dos mais importantes sociólogos e cientistas sociais brasileiros. O material, em continuidade com a conhecida tradição da instituição a partir de onde se realiza, busca oferecer-se como um insumo capaz de contribuir para a memória e reflexividade dos sociólogos brasileiros, mas também como um importante fluxo de informação para aqueles que queiram fazer um estudo mais sistemático do desenvolvimento das ciências sociais nesse país. Além disso, a iniciativa, tal como destaca seu diretor na entrevista, tem uma vocação mais ampla:

Em tempos difíceis para as Ciências Sociais, como os que vivemos, essa é uma aposta mais que acadêmica. É também uma aposta política, de valorização, perante outros setores da sociedade que não o nosso próprio, do ofício do cientista social e daquilo que ele produz.

A inclusão desta entrevista busca então dar visibilidade a esta importante empresa entre o público latino-americano. A outra entrevista procurou entender a visão de Kathya Araújo, uma reconhecida investigadora e professora do Instituto de Estudos Avançados (IDEA) da Universidade de Santiago do Chi-

le. Realizada por Natalia Campos e Juan Morales, a entrevista oferece uma rica abordagem de questões importantes relacionadas com a atualidade e a trajetória da sociologia no Chile como disciplina científica e profissão demandada por diversos clientes. Segundo Araújo, a sociologia chilena atravessou um auspicioso processo de crescimento e consolidação -palpável no aumento de doutorandos e projetos de investigação-, mas também foi submetida a uma crescente fragmentação, fazendo com que os sociólogos especializados em diversos campos “conversem” pouco entre si. Essa tendência, explica, resulta acentuada em função de certos mecanismos de avaliação que privilegiam a publicação em revistas estrangeiras, contribuindo para debilitar o intercâmbio mais local. Por outro lado, em um período tão particular como o presente, Araújo chama a atenção sobre o viés “politicista” e institucionalista da sociologia chilena, e propõe um retorno ao estudo da “sociedade”. Não se trata, esclarece, de evitar as questões políticas; longe disso, Araújo entende que esse desvio é indispensável para pensar os desafios políticos do presente de maneira mais profunda e rigorosa. À medida que seu olhar para o caso chileno está organizado em função do contraste com outras realidades, as reflexões de Araújo constituem um estimulante material para leitores das mais diversas latitudes.

Iniciamos a seção *dossier* com o artigo “Por que em defesa da sociologia: uma extensão do manifesto sociológico para tempos de obscuridade”⁶ (tradução nossa) de Adrián Galindo Castro. Neste trabalho, Castro examina as transformações teóricas e metodológicas da sociologia na América Latina a partir de processos históricos determinantes como a industrialização, a crise da dívida externa e o neoliberalismo. Após desacreditar os ataques do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, como falácias insustentáveis, avança em uma reflexão sobre o caminho transitado por

⁶ “Por qué en defensa de la sociología: una extensión del manifesto sociológico para tiempos de oscuridad”.

esta ciência social na América Latina e os papéis que têm desempenhado ante seu grande interlocutor, o Estado, tanto como no exame das teorias que tem mobilizado, sobretudo nos espaços universitários e públicos.

Cecilia Carrera em “As associações profissionais de sociologia na Argentina e as disputas pela “profissão””⁷ (tradução nossa) descreve algumas atividades desenvolvidas pelas organizações profissionais surgidas desde a segunda metade da década de 1970 com o propósito de examinar o lugar que estas organizações e seus participantes ocuparam e ocupam no processo de profissionalização de sociólogas/os e na construção e disputas pelos sentidos da “profissão” e da sociologia nesse país. No artigo, destaca-se a heterogeneidade da sociologia argentina, que vai além das tradições teóricas e das linhagens acadêmicas. Neste sentido, está interessada em evidenciar os distintos agentes de um campo ampliado da disciplina e sua participação nas disputas pela definição do que é “viver da sociologia” e quais são os sentidos mutantes “da sociologia como profissão”.

Em uma perspectiva similar, porém abordando um período histórico anterior, localiza-se a contribuição de Guido Giorgi e Esteban Vila: “Um caso desafiante de profissionalização: as redes da sociologia argentina entre 1940 e 1955”⁸ (tradução nossa). O artigo se situa deliberadamente no período que antecede a criação dos primeiros cursos de sociologia na Argentina. Em continuidade com trabalhos prévios que chamaram a atenção sobre a debilidade do desenvolvimento institucional da sociologia durante a primeira metade do século XX, os autores sustentam que entre 1940 e 1955 não houve um processo de “profissionalização” entre a comunidade de sociólogos argentinos. Sem uma demanda clara, sem posições que permitissem desenvolver a disciplina

⁷ “Las asociaciones profesionales de sociología en Argentina y las disputas por la profesión”.

⁸ “Un caso desafiante de profesionalización: las redes de la sociología argentina entre 1940 y 1955”.

como uma ocupação de tempo completo e sem possibilidades de aspirar a uma jurisdição sobre alguma problemática social determinada, a sociologia tendeu a ser considerada mais como uma disciplina intelectual, filosófica e/ou cultural.

Em “Vientos de mudança para a licenciatura em sociologia da Unidade Iztapalapa, Universidade Autónoma Metropolitana”⁹ (tradução nossa), Marco Antonio Leyva Piña e Javier Rodríguez Lagunas analisam um caso empírico no México de um curso criado em 1975 durante a fundação da UAM, evidenciando o impacto das políticas educativas neoliberais que transformam as formas de avaliação nessa instituição e dão lugar, entre outros fatores, à elaboração de um novo plano aprovado em 2011. Esse plano está marcado, conforme documentado, pela flexibilização curricular, algo que, segundo o autor, não contribuiria para a resolução dos desafios profissionais que essa licenciatura enfrenta atualmente. Mais recentemente, a sociologia da UAMI sofre pressões para a reconfiguração dos vínculos entre formação sociológica e perfis profissionais de seus alunos, o que representa um certo desafio na hora de proteger o que se refere como sociologia formal, suas teorias e métodos, sem descuidar do cultivo da sociologia aplicada e prática que tendem a facilitar a relação dos formados com o mercado de trabalho.

Finalmente, Ángel Alonso Domínguez, Jacobo Blanco e Carlos de Gil Gómez em “Identidade profissional, regulação e prática da sociologia e das ciências políticas na Espanha”¹⁰ (tradução nossa) analisam, baseado nos dados surgidos de uma pesquisa, a atuação dos conselhos profissionais desse país e as estratégias aplicadas para aumentar sua presença, influência, poder, credibilidade e atrativo para os potenciais associados. É interessante destacar que, ao contrário do que ocorre com os casos latino-

⁹ “Vientos de cambio para la licenciatura en sociología de la Unidad Iztapalapa, Universidad Autónoma Metropolitana”.

¹⁰ “Identidad profesional, regulación y práctica de la sociología y la ciencia política en España”.

americanos, os conselhos reúnem os formados de sociologia e ciências políticas, já que originalmente ambos cursos compartilhavam os primeiros anos de graduação. Segundo sugerem, com exceção dos conselhos madrileno e catalão, são instituições não muito grandes e com escassos recursos limitando suas possibilidades de oferecer serviços a seus associados e de se tornarem atrativas para as novas gerações.

Referências

- Abbott, A. (1988): *The system of professions*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Blanco, A. (2006). *Razón y modernidad. Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Blois, J. P. (2014). ¿Para qué sirven los sociólogos? La definición de la sociología legítima en textos canónicos de la disciplina y la expansión de las inserciones laborales de los sociólogos. *Espacio Abierto*, 23(1), 71-105.
- Blois, J. P. (2015). La institucionalización y profesionalización de la sociología en Brasil y Argentina. Formación, organización e intervención de los sociólogos. *Estudios Sociológicos*, 33(99), 633-658.
- Blois, J. P. (2018). *Medio siglo de sociología en la Argentina. Ciencia, profesión y política (1957-2007)*. Buenos Aires: Eudeba.
- Burawoy, M. (2005). Por una sociología pública. *Política y sociedad*, 42(1), 197-225.
- Buxton, W. & Turner, S. (2019). Educação e expertise. A sociologia como “profissão” no Estados Unidos. *Política & Sociedade*, 18(41), 215-260.
- Carli, S. (2019). La productividad política del conocimiento social: usos, derivaciones y circulación de saberes. En F. Brugaleta, M. González Canosa, M. Starcenbaum & N. Welshinger (Eds.), *La política científica en disputa: Diagnósticos y propuestas frente a su reorientación regresiva* (pp. 103-114). La Plata: UNLP-CLACSO.
- Dubar, C. (2006). Las tentativas de profesionalización de los estudios de sociología: un balance prospectivo. En B. Lahire (Ed.), *¿Para qué sirve la sociología?* (pp. 117-139). Buenos Aires: Siglo XXI.

- Dubet, F. (2012). *¿Para qué sirve realmente un sociólogo?* Buenos Aires: Siglo XXI.
- Fernández, D. S. (2018). *La enseñanza de la sociología: entre contradicciones y armonías* (tesis de maestría inédita). Montevideo: Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales.
- Lahire, B. (2006). Utilidad: Entre sociología experimental y sociología social. En B. Lahire (Ed.), *¿Para qué sirve la sociología?* (pp. 63-88). Buenos Aires: Siglo XXI.
- Lahire, B. (2016). *En defensa de la sociología: Contra el mito de que los sociólogos son unos charlatanes, justifican a los delincuentes y distorsionan la realidad*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Masson, P. (2012). French sociology and the state. *Current Sociology*, 60(5), 719-729.
- Meucci, S. (2015). Sociologia na educação básica no Brasil: Um balanço da experiência remota e recente. *Ciências Sociais Unisinos*, 51(3), 251-260.
- Oliveira, A. (2013). Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum. Education*, 35(2), 179-189.
- Oliveira, A. (2015). Um balanço sobre o campo do ensino de sociologia no Brasil. *Em Tese*, 12(2), 6-16.
- Parsons, T. (1959). Some problems confronting sociology as a profession. *American Sociological Review*, 24(4), 547-569.
- Perlatto, F. & Maia, J. (2012). Qual sociologia pública? Uma visão a partir da periferia. *Lua Nova*, (87), 83-112.
- Picó, J. (2003). *Los años dorados de la sociología (1945-1975)*. Madrid : Alianza editorial.
- Piriou, O. (2006). *La face cachée de la sociologie: à la découverte des sociologues praticiens*. Paris: Belin.
- Piovani, J. I. (2019). Sobre la utilidad de las ciencias sociales en tiempos de neoliberalismo y posverdad. En F. Brugaleta, M. González Canosa, M. Starcenbaum & N. Welshinger (Eds.), *La política científica en disputa: Diagnósticos y propuestas frente a su reorientación regresiva* (pp. 115-133). La Plata: UNLP-CLACSO.
- Representantes de Investigadores en Formación del IdIHCS-Conicet & Frente Amplio de Graduados FaHCE (2019). Apertura. Movilizar, argumentar, proponer. En F. Brugaleta, M. González

Canosa, M. Starcenbaum & N. Welshinger (Eds.), *La política científica en disputa: Diagnósticos y propuestas frente a su reorientación regresiva* (pp. 11-24). La Plata: UNLP-CLACSO.

Singh, J. (26 de agosto de 2014). The ideological roots of Stephen Harper's vendetta against sociology. *The Star*. Disponible en: www.thestar.com

Svampa, M. (2008). *Cambios de época*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Turner, J. (2005). Is public sociology such a good idea? *The American Sociologist*, 36(3/4), 27-45.